

Normatividade jornalística em circulação

Circulation and journalistic normativity

Caio Cardoso de QUEIROZ¹

Resumo

As questões das dinâmicas de interação sobre os jornalistas e os produtos estão cada vez mais visíveis em ambientes de redes sociais, especialmente quando observada a discussão sobre o papel da imprensa no jogo político e da normatividade jornalística. Propõe-se que as práticas avaliativas pregadas e executadas em redes sociais, blogs de jornalistas, em veículos de imprensa alternativa e sites de crítica e acompanhamento de mídia são uma instância de crítica jornalística para padrões de correção, colocando-se como esfera normativa da profissão. A observação da disputa travada entre o jornal Folha de S. Paulo e os sites “The Intercept”, “Tijolaço” e outros blogs associados à “blogosfera progressista” brasileira evidenciam esta esfera de deliberação sobre a notícia se consolidando como arena de discussão normativa para o jornalismo, na medida em que provocam narrativas de legitimação do jornalismo pelos veículos de imprensa.

Palavras-chave: Circulação. Jornalismo. Ética. Crítica de mídia. Blogosfera progressista.

Abstract

The issues concerning the dynamics of interaction upon journalists and media products are more visible in Social Network Sites (SNS), especially when one observe the discussion about the role of the press on the political issues and the journalistic deontology. We propose that evaluative practices put forward in SNS by journalists, bloggers, users and websites of critics and media evaluation are an instance of journalistic critics for ethical standards, establishing themselves as a professional normative sphere. The observation of the dispute waged between the newspaper Folha de S. Paulo and the sites "The Intercept", "Tijolaço" and other blogs associated with Brazilian "progressive blogosphere" show this sphere of deliberation on the news consolidating itself as a normative arena of discussion for journalism, once they urge legitimating narratives of the journalism by media outlets.

Keywords: Circulation. Journalism. Ethics. Media critics. Progressive Blogosphere.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas – PósCom/UFBA. E-mail: caiocardosode@gmail.com

Introdução

As práticas jornalísticas e suas formas de circulação têm passado por alterações significativas com a diversificação de meios de comunicação e uma proliferação de conteúdo, incluindo aí produtos jornalísticos. Se o advento da web evidencia processos de descentralização dos polos de distribuição de conteúdo, também é preciso considerar as alterações nas formas de pensar o conteúdo jornalístico, seus modos de produção e inclusão num sistema de circulação cada vez mais potencialmente responsivo.

A intensificação da circulação de informação, tendo as novas possibilidades informativas enquanto parte integrante da própria rotina produtiva do jornalismo pode ser observada a partir das práticas de monitoramento e crítica do jornalismo em redes sociais e blogs. A ampliação das esferas de circulação e debate sobre os produtos jornalísticos potencializa questões também sobre as regras para a sua produção e avaliação. A ênfase especial pelo agendamento de redes sociais com rapidez de produção e compartilhamento de conteúdo, destaca o imperativo de transparência e apresentação de provas e indícios que comprovem as publicações. (KOVACH; ROSENTIEL, 2014, pp. 290–291) Além disso, há uma necessidade de um jogo de auto referenciação do jornalismo para a garantia da legitimidade de seus produtos e de sua atividade como ação de função social, dada a intensificação das novas instâncias de vigilância. (BRAGA, 2006; TRAQUINA, 2000)

Tendo em conta, portanto, os fundamentos, as práticas e o papel de vigilância e mediação que a imprensa deve exercer sobre poderes políticos e econômicos, propomos voltar nosso olhar para um processo de vigilância sobre os veículos de comunicação. Isto é, observamos a movimentação do discurso sobre o que é o jornalismo, o que ele deve ou não fazer a partir destes ambientes de discussão e suas aparições nos grandes veículos. Vimos, assim, a atuação de jornalistas em veículos alternativos e blogs como um sistema de monitoramento voltado sobre a própria imprensa. As diferentes redes de usuários, da blogosfera e da imprensa alternativa estariam não apenas propondo leituras variadas sobre os materiais noticiados nos veículos de imprensa tradicional, mas também sobre as ações da própria imprensa na construção destes conteúdos. (GUAZINA, 2013; MAGALHÃES, ALBUQUERQUE, 2014, QUEIROZ, 2016)

Em outras palavras, interessa observar o funcionamento sistemático de espaços de monitoramento do conteúdo jornalístico da imprensa, baseado nas novas possibilidades de comunicação interpessoal, em blogs e redes sociais. A partir disso, buscamos indícios de um funcionamento regulador desses ambientes sobre a produção de jornalismo tendo como foco de análise a polêmica envolvendo um caso de “fraude jornalística” com dados de pesquisa do Datafolha pelo jornal Folha de S. Paulo, apontado especialmente pelo “The Intercept”, liderado pelo jornalista Glenn Greenwald e pelo blog “Tijolaço”. O caso teve desdobramentos em diversos outros veículos e mesmo dentro do jornal, que se recusou a reconhecer o erro ou a fraude.

Circulação

Ao analisar os processos midiáticos ligados à web tornou-se necessário abrir espaço para a observação especial da circulação de conteúdo, que ganha contornos diferentes a partir dessa nova arquitetura comunicacional, baseados principalmente na convergência de mídias. É necessário, portanto, compreender e visualizar a circulação como um todo mais complexo do que a lógica linear de comunicação dada entre produção e recepção por meio de uma mensagem. (BRAGA, 2006, p. 36)

A primeira percepção a ser mobilizada neste sentido se baseia no condicionamento dos produtores a uma série de fatores que, cada vez mais nitidamente, dialogam e exercem pressão sobre a lógica e a gramática de produção. As leituras sobre os produtos midiáticos, portanto, influenciam enquadramentos e constroem veículos a expor posicionamentos públicos acerca de seu trabalho, mesmo quando as críticas em circulação surgem sob enviesamentos econômicos ou políticos específicos. (BRAGA, 2006) Viabilizamos, assim, uma compreensão que engloba as possibilidades de que o público se aproprie do conteúdo midiático por maneiras que estão além das condições estritamente textuais, uma vez que a circulação dos sentidos produzidos vai além do contato da mensagem com os usuários, que são participantes deste processo.

José Luiz Braga propõe que a autonomia interpretativa dos usuários envolve não apenas a capacidade de compreender o produto midiático de forma decodificadora. Tal noção aborda também a capacidade de inter-relacionamento destes produtos com outros, relacionando características do produto em análise com outras questões de vivência

peçoal e desenvolvendo uma noção própria daquele conteúdo. Resumindo, numa capacidade de “inserir o produto em um conjunto de relações pertinentes para, assim, *fazer uso dele segundo seus próprios interesses*”. (BRAGA, 2006, p. 65)

Esta relação entre audiência e meios de comunicação será, então, uma “atividade contínua de engajamento e desengajamento, observando a circulação de discursos e significados – significados estes que mudam a todo o instante implicando por parte do pesquisador uma sutileza para vasculhar estas mutações” (LELO; GROHMANN, 2014, p.5). Desta forma, analisamos o intercâmbio constante entre as diferentes esferas, de consumo e produção, por meio das chamadas “zonas de contato” (FAUSTO NETO, 2010, p. 62) onde se dão os pontos de encontro entre as realidades das mídias com atores sociais.

Esta leitura relacional pressupõe que o trabalho midiático não é algo unicamente direcionado e conformador sobre a sociedade. Pelo contrário, ele acontece a partir da atuação simultânea de diversos meios e de forma indireta, se refletindo de forma esparsa nas atividades e ações dos atores sociais (LELO; GROHMANN, 2014, p. 7). Por isso, o conteúdo midiático não parece integrar uma via de partida no fluxo que se direciona à recepção, mas é o resultado de uma série de pressões, processos e interesses capazes de novamente alimentar o fluxo de circulação e uma consequente forma de crítica sobre a mídia. (BRAGA, 2006, p. 294)

Assim, tanto os produtos quanto a audiência participam de um sistema de interação social sobre os atores de mídia que, via circulação, invariavelmente molda produtos e novamente os dispõe às influências desses espaços de participação. Desta forma estarão presentes, nos produtos, também essas pressões e relações oriundas dos meios de interação, de circulação, de modo que este produto passa a ser lido de diversas maneiras, atravessando a condição clássica de recepção. As diversas formas de reprodução, questionamento e posicionamento a respeito dos dados apresentados pelas matérias jornalísticas são nosso objeto de análise na medida em que estas interações sobre a imprensa partem de reflexões éticas sobre a prática jornalística e mobilizam novos posicionamentos a respeito dessa questão.

Assim, não encontramos apenas interpretações de produtos específicos que depois, uma vez feitas, circulam; os próprios gestos de selecionar, apreender, interpretar já se fazem em articulação com processos e dispositivos sociais desenvolvidos no

próprio ambiente de interação da sociedade com sua mídia. Desta forma, é possível analisar criticamente como a sociedade funciona em bases midiáticas observando suas instâncias de produção aliadas aos processos que tratam dela. A mesma sociedade que gera a midiática, enquanto sistema produtivo, comporta outros setores, grupos e linhas de ação que a complementam por meio de circulações comentadas e trabalhos sobre o que é produzido. Essas ações e processos podem se interferir e misturar, voltando para a mídia, e conseqüentemente para a sociedade, de forma difusa. (BRAGA, 2006, pp. 36-40)

Desta forma, a circulação integra um processo midiático amplo de compartilhamento de significados, que extrapola os instantes de contato da audiência com os conteúdos das mídias (GROHMANN; MAURO, 2014, p. 9). Diante disso, podemos compreender o fenômeno da circulação por meio das reflexões em torno das trocas constantes entre as mais diversas formas de mídia e os demais atores sociais.

Neste processo o jornalismo encontra lugar central na produção de conteúdo segundo deveres sociais expressos na ética profissional, aqui entendida como a narrativa de autolegitimação social da atividade jornalística. (GOMES, 2009; WARD, 2004, 2011) Na medida em que tomamos a ética profissional como este processo, que precisa ser reiterado na relação da produção jornalística com os demais atores sociais, especialmente dos grandes veículos, compreendemos a organização de arenas de debate público sobre o fazer jornalístico como esferas de vigilância para o cumprimento destes deveres. Ocorrências como a analisada neste artigo são momentos de tensionamento de produtos e veículos, nos quais emergem parâmetros e condições de análise que desestabilizam a narrativa consolidada sobre os deveres, sobre a ética da produção jornalística.

Circulação e jornalismo

O acesso a fontes diversificadas de informação é tido, de forma geral, um importante parâmetro de aferição democrática de uma sociedade, e a constituição de campos sociais a partir das disputas por produção e validação de conteúdos se tornam mais complexas com o exercício de novos dispositivos midiáticos. (FAUSTO NETO, 2010, p. 55) Isto é, a partir de uma maior centralidade no papel desempenhado pelos

usos e apropriações dos meios e ferramentas pelos usuários participantes, complexificam-se também a produção de sentido via meios de comunicação e, por consequência, no jornalismo.

Enquanto o discurso jornalístico se liga cada vez mais aos novos regimes de circulação e apropriação de conteúdo, todo este processo se torna mais multifacetado, pois demanda um contato mais frequentemente com usuários em rede. O sistema de circulação toma corpo como instância capaz de desarticular a linearidade dos processos comunicacionais, na medida em que agrega mais esferas à produção de sentido, mais atores à deliberação, que pode atuar sobre o jornalismo. A instauração de uma terceira esfera, não pertencente à emissão nem à recepção, desautoriza gramáticas de produção de conteúdo midiático porque reduz a intencionalidade e passa a ser trabalhada em termos de estratégias para a comunicação efetiva. (BRAGA, 2006; FAUSTO NETO, 2010)

O alinhamento de posturas e lugares de diferentes atores sociais suscita uma visão mais negociada do papel do jornalismo na sociedade, o que não implica numa redução do seu papel na organização social. Ao contrário, quando abordamos os diversos universos de produção de mídia sob esse olhar, compreendemos que as zonas de contatos intensificam a necessidade e redefinem protocolos, vínculos, espacialidades e temporalidades que fundam o ato comunicativo. A circulação deixa de ser mais uma parte do todo no processo comunicativo. (BRAGA, 2006; FAUSTO NETO, 2010, p. 63, 64)

O trânsito constante dos usuários entre diversos meios e o contato com cada um desses tipos de conteúdo é potencializado nos ambientes de rede, de forma que este material é prolongado, (re)circulado em redes pessoais, por exemplo. Estas formas de comunicação podem levar em conta a circulação e as ações no “sistema de resposta social”. (BRAGA, 2006) Destacamos dois movimentos que fazem referência direta à normatividade profissional jornalística quando observado tal sistema de resposta social: os convites diretos à participação, em conteúdos de produção colaborativa; e as disputas não previstas, travadas por estas esferas de diálogo na condução da narrativa jornalística.

No primeiro caso, o usuário é convidado a agir segundo as regras estabelecidas pelo veículo ou pela deontologia profissional, o que contribui para o fortalecimento e

continuidade dessas regras do jogo, uma vez que se reafirmam essas condições de produção.

Os convites formais à participação no conteúdo são feitos levando-se em consideração o contexto de veiculação dos conteúdos (há um tipo de conteúdo a ser produzido pelo colaborador) e sob algumas regras, condições ditadas pelo meio para que ela seja aceita e ganhe visibilidade naquele espaço. Os receptores se tornam potenciais colaboradores da produção de conteúdo, são chamados a isso e integram o bojo produtivo, aparecendo de forma clara quando se colocam naquela “zona de contato” (FAUSTO NETO, 2010), onde se dão potencialidades diversas. Essas potencialidades são dadas em condições específicas das regras do jogo no trabalho jornalístico. (ABRAMO, 1991)

O usuário é chamado, portanto, a participar e colaborar diretamente com a produção de conteúdo segundo algumas regras que funcionam como base não somente para a composição do conteúdo, mas também para a credibilidade que aquele conteúdo passa a ter dentro do sistema de circulação. Grandes veículos têm chamadas para participação com envio de imagens ou vídeos e inserção de pautas específicas para este tipo de interação, com alcance limitado. Mas essas contribuições, em veículos menores podem se fazer presentes também nas conversações estabelecidas entre os atores e podem resultar em colaboração direta para aumentar da rapidez da apuração de dados.

Na apuração dos dados vazados no escândalo *Swissleaks*, quando foram divulgados dados de correntistas com contas secretas numa filial suíça do banco HSBC, a dinâmica colaborativa entre usuários e blogs ficou evidente. Para aumentar a agilidade na apuração dos dados completos dos nomes, inicialmente suspeitos de evasão de divisas e sonegação de impostos, o blog Luis Nassif Online² realizou um mutirão de apuração para que leitores colaborassem com um refino dos dados, divulgados em planilhas com dados truncados e incompletos.

Mais do que uma estratégia para a busca de credibilidade, transparência nos métodos de produção e participação são regras paulatinamente acrescentadas às bases éticas do jornalismo, para a garantia da inserção mais contundente do conteúdo naquele fluxo circulatório. Isto porque a inclusão de mais discursos e atores sociais integra o jogo da complexificação do processo midiático e, por conseguinte, garante aspectos de

² <http://jornalggn.com.br/mutirao/mutirao-do-hsbc-0>

legitimidade aos produtos jornalísticos. (BRAGA, 2006; FAUSTO NETO, 2010, KOVACH, ROSENTIEL, 2014)

Os meios se expõem às formas de contato para construir, portanto, menos um processo de transmissão de significados e conteúdo do que uma rede de relações entre atores, na qual diferentes mensagens e discursos passarão a ser trocados. Assim, a depender do uso dessas ferramentas, o jornalismo tem o potencial de incorporar uma pluralidade de vozes maior, pois o próprio sistema circulatório apresenta possibilidades.

No segundo caso de participação, no entanto, atores externos ao veículo atuam sobre a proposta de cobertura do veículo, consolidando formas de crítica e correção sobre o conteúdo. Diferente da situação anteriormente apresentada, a normatividade jornalística passa por um processo de desestabilização, uma vez que há o questionamento da correspondência entre ideal de produção e a sua verificação prática. Especialmente em situações de grandes erros de reportagem, mas não somente nestes, quando esferas externas à imprensa avaliam sua produção e apontam erros, provoca-se a necessidade de uma justificação que reacome as práticas profissionais e/ou os deveres em questão.

Assim, quando a Folha de S. Paulo publica matérias a partir de dados incompletos e parece esconder parte das informações de seu público para não reconhecer o erro, seus profissionais precisam justificar suas escolhas nas práticas e deveres. Da mesma forma, aqueles jornalistas que descobrem e exploram tais desvios se baseiam na incompatibilidade entre o que se espera do jornalismo e o que é feito pelo veículo.

A consolidação da esfera de recirculação como ambiente de leitura crítica, conflito e negociação apresenta um campo fértil para uma leitura que se volte para a normatividade do campo profissional jornalístico. Ao suscitar questionamentos a respeito do conteúdo e do processo jornalístico, esta esfera de crítica de mídia baseada na recirculação via web se estabelece como espaço de discussão coletiva sobre ética jornalística. (QUEIROZ, 2016)

Deontologia e circulação jornalística

As mudanças na configuração da rede de comunicação, decorrentes da midiaticização, incorporam novas ferramentas e usos ao conteúdo jornalístico, levando ao questionamento e à discussão sobre as regras que regem este ambiente. Há um “esforço regulatório” para a administração dos fluxos de trocas de informação, que movimentam aspectos relacionados aos parâmetros que guiam a ética profissional e o lugar social ocupado pelo jornalismo, especialmente em grandes meios. Assim, “o processo intenso e crescente da midiaticização sobre a sociedade e suas práticas sociais, afeta de modo peculiar a cultura jornalística, seu ambiente produtivo, suas rotinas e a própria identidade dos seus atores”. (FAUSTO NETO, 2009, p. 19)

O emaranhamento das narrativas e sua conseqüente complicação, pela emergência de vozes com diversos meios de pressão para se fazer presente nas versões oficiais dos fatos traz uma necessidade de realinhamento constante entre esferas de produção e consumo de notícias. Por isso, também, o sistema jornalístico passa a ser um acontecimento (FAUSTO NETO, 2009, p.19) e as rotinas de produção passam a integrar o todo do conteúdo, expondo-se as condições de apuração e obtenção dos dados. Isto é, com o avanço de esferas de pressão social, não é errado apontarmos uma perda de autonomia e controle dos profissionais e empresas sobre as regras para a construção da narrativa jornalística. (FAUSTO NETO, 2009, p. 21)

À medida que o jornalista se vê compelido a dividir espaço na sua produção com fontes e atores sociais diversos, parâmetros outros surgem deste movimento interno ao escopo das regras compartilhadas por colegas de profissão. Destaca-se da audiência participante a figura de jornalistas que atuam como “peritos” do conteúdo, capazes de conferir uma espécie de verificação jornalisticamente formada e externa ao material e às formas de produção. Alcançamos, assim, uma proximidade entre aqueles sistemas de circulação e de vigilância por meio dos métodos de verificação e conferência de legitimidade. (FAUSTO NETO, 2009, p.21)

De forma sucinta, os processos de troca de influências e pressões entre os sistemas jornalísticos tradicionais e outros atores sociais, especialmente jornalistas em rede, deslocam as concepções sobre a prática jornalística e, conseqüentemente, o

próprio *ethos* profissional. A esfera da crítica de mídia, que não é recente, ganha novas feições, novos especialistas e habilita cada vez mais sujeitos dispostos a ler e interpretar o funcionamento, as regras, posicionamentos e tendências do sistema midiático, como num reforço identitário da prática jornalística, a partir da modificação ou da ratificação das regras éticas profissionais dos jornalistas. (BRAGA, 2006, FAUSTO NETO, 2009; KOVACH, ROSENTIEL, 2014)

Sendo assim a deontologia profissional se torna um diapasão na avaliação crítica externa ao sistema midiático, constituindo um cerne possível a uma narrativa alternativa à mídia e sobre a mídia. Estes novos parceiros, que atuam na negociação da produção, têm postura essencialmente crítica e fiscalizatória na observação da representação de seu ponto de vista. (KOVACH, ROSENTIEL, 2014, p. 25)

As novas condições tecnológicas de produção de conteúdo jornalístico possibilitam, então, a circulação desse material e, simultaneamente, têm o potencial de ajuste e negociação das regras de produção, novas ou antigas. Da mesma maneira que as atividades da mídia impõem um ritmo e uma lógica para outros campos como, por exemplo, a esfera política, também as lógicas de interação, participação e resposta próprias da circulação passam a influenciar o jornalismo. Aí se dá o “jogo complexo” de influências entre as posturas jornalísticas – esperadas e concretas – dos atores sociais em disputas pelos espaços de produção de sentido. (QUEIROZ, 2016)

Assim se forma uma “zona de contato” capaz de mostrar uma dinâmica que movimentava produtores e receptores em uma outra velocidade não somente de emissão, mas também de resposta. À medida que os usuários se apropriam das tecnologias e discursos das mídias, desenvolvendo uma habilidade com tais mecanismos, gera-se uma autonomia de uso e, paralelamente, uma nova relação, que suscita novas regulações. (FAUSTO NETO; SGORLA, 2013, p. 14)

A partir dessas novas formas de regulação dos processos produtivos jornalísticos por meio das novas plataformas de mídia, observamos dinâmicas de negociações e jogos de pressão entre a Folha de S. Paulo e veículos/blogs de imprensa alternativa na divulgação de dados da pesquisa Datafolha sobre o cenário político em julho de 2016. Na ocasião, o jornal foi acusado de distorcer os resultados da pesquisa em sua manchete dominical e cometer fraude ao não divulgar a pesquisa completa.

Propomos uma leitura que enxerga nestes blogs um sistema de vigilância jornalística, como parte integrante de uma lógica circulatória e distribuída do conteúdo noticioso, que tanto atua por meio de procedimentos regulatórios quanto gera outras formas de regulação. Este sistema se fortalece em função da presença constante dos meios de comunicação e de seu regime de visibilidade como forma de mediação da realidade política, social, econômica e cultural. (BRAGA, 2006; BUCCI & KEHL, 2004; BRUNO, 2013, p. 76).

A “fraude jornalística”, o espalhamento da crítica à Folha de S. Paulo

No dia 16 de julho de 2016, o jornal Folha de S. Paulo publicou matéria com manchete em primeira página sobre apoio ao governo (ainda interino) de Michel Temer³ (PMDB) e a uma melhora na percepção da economia. A reportagem trazia dados atualizados com a primeira pesquisa de opinião realizada após o afastamento da presidenta eleita Dilma Rousseff (PT) no processo de Impeachment iniciado meses antes por Eduardo Cunha (PMDB). Em título interno, a preferência de metade dos entrevistados pela permanência do vice no cargo em detrimento de um terço que defendiam a volta da presidenta eleita em 2014.

No dia 19 do mesmo mês, o jornalista Glenn Greenwald⁴, em publicação no site The Intercept⁵, apontou que o principal item destacado na matéria (a preferência da maior parte dos entrevistados pela continuidade de Temer) era uma inferência tendenciosa por parte do jornal em prol de uma visão positiva do gabinete interino. Além disso, havia um conflito entre dados a respeito de novas eleições, com um subtítulo destacando uma informação que não estava presente em nenhuma outra parte da matéria. Essas publicações passaram também por recirculação do Tijolo e outros blogs da chamada “blogosfera progressista” brasileira e motivaram posicionamentos de entidades fora do país, como o Center for Economic and Policy Research⁶.

³ www.goo.gl/CBFbwF

⁴ Vencedor do Prêmio Pulitzer em 2014 pelas reportagens sobre vigilância do governo norte-americano com o ex-agente da NSA Edward Snowden.

⁵ www.goo.gl/fbmNNI

⁶ <https://goo.gl/xTjnsW>

No mesmo dia, horas antes, a jornalista Letícia Sallorenzo⁷ publicou uma análise das perguntas feitas na pesquisa DataFolha, o material que dava sustentação às matérias divulgadas três dias antes pela Folha. A publicação também havia sido recirculada pelo blog Tijolaço⁸ e indicava a omissão de perguntas na tabulação de resultados, que seguia um ordenamento específico e levava a conclusões que os dados não comportavam.

A percepção de fraude e de uso tendencioso dos dados foi reforçada no dia seguinte, quando novamente o blog Tijolaço publicou uma versão prévia e mais completa dos dados divulgados pela Folha⁹. Entre os dois documentos, uma edição do veículo ocultou perguntas e parte da leitura dos resultados, feita pelo DataFolha. Nela se apontava que mais de 60% dos entrevistados optava por uma saída que não incluísse nem a presidenta eleita, nem o interino, mas por uma nova eleição direta.

No final do dia, a Folha de S. Paulo publicou matéria¹⁰, admitindo que parte das informações não havia sido divulgada anteriormente, mas alegou que o uso foi decorrente de decisão editorial, que havia considerado o dado jornalisticamente irrelevante. Responsáveis pelo DataFolha e o secretário de Redação do jornal apontaram que é praxe não divulgar todos os questionários utilizados na pesquisa e defendem que a abordagem utilizada pelo jornal está correta, não havendo má-fé. A alegação, portanto, é de que houve uma estrita leitura dos deveres do jornal para com os dados, mas que a própria rotina profissional o habilita a atribuir relevância a alguns dados em detrimento de outros.

No final da semana, na coluna da Ombudsman, Paula Cesarino Costa constatou que “A Folha errou e persistiu no erro”¹¹, mantendo a colocação como título do seu espaço e trazia também o relato da jornalista no desempenho da função de crítica interna ao veículo e de diálogo com o público do jornal. A ombudsman declarou que a extensão dos fatos e as reclamações por parte do público eram inéditas ao longo do seu tempo na função. As suas teses sobre as leituras dos dados, as constatações de erros e recomendações de correção carregam desde o início uma narrativa importante sobre o que o jornalismo “deve ser” e apontamentos sobre como o jornal não os cumpriu.

⁷ A jornalista produz leituras críticas da imprensa: <http://www.objetivandodisponibilizar.com.br/>

⁸ <https://goo.gl/8Ug3xq>

⁹ <https://goo.gl/CJSptM>

¹⁰ <https://goo.gl/vS4XCz>

¹¹ <https://goo.gl/I9D8uJ>

Este tipo de fenômeno na leitura dos acontecimentos jornalísticos em questão aparece duas formas principais em todas as críticas: pelo apontamento dos erros, deliberados ou não, que suscitam aquilo que não se pode fazer; e também pela indicação clara de quais são as virtudes que o jornalismo deve procurar e evidenciar. Paula Cesarino Costa aponta para os erros do jornal, não somente na abordagem escolhida para a matéria, mas também no posicionamento público a respeito do tema. Greenwald e Brito, do Tijoloço, partem da crítica para defender que o jornalismo (e o jornalista) tem compromisso com a transparência das informações e com uma pluralidade de vozes aparentemente ausente no caso brasileiro, ilustrado nesta situação.

A percepção de que há uma leitura política demasiado intervencionista e politicamente posicionada já era perceptível nas críticas de Greenwald e contribuíram também para o lançamento da versão brasileira do seu site, o The Intercept Brasil, no mês de agosto. A publicação inicial do site traz uma avaliação dos veículos de imprensa brasileiros e alega que a cobertura midiática brasileira é pouco plural e que “a sede por um jornalismo mais independente, pluralístico e destemido vai além da crise política pela qual passa o país”¹².

Considerações finais

A avaliação deste caso permite a observação de alguns princípios relevantes para a compreensão destes espaços de circulação de conteúdo em rede como fenômenos normativos relevantes para o jornalismo. Quando observamos aspectos da leitura destes profissionais com relação à construção de um ideal jornalístico a ser exigido dos veículos de comunicação de massa, a dimensão da circulação de crítica de mídia se consolida como um dos lugares onde se discute a deontologia profissional. Esta prática aponta para uma fissura na base dos ideais da cultura profissional jornalística, da narrativa de legitimação da profissão, com base na ética do serviço público, quando em perspectiva com a prática empresarial e política dos veículos de imprensa.

A ampliação da arena de debates sobre temas de interesse público, com as práticas comunicacionais disponíveis nos ambientes de redes sociais, evoca questões a respeito de um aprimoramento da normatividade profissional a partir de uma discussão coletiva e de pressão sobre os agentes comunicacionais. Jornalistas desempenham, com

¹² <https://theintercept.com/2016/08/02/bem-vindo-ao-the-intercept-brasil/>

frequência, uma curadoria das informações disponíveis, fornecendo enquadramentos e leituras sobre as notícias. Assim, a partir dos dados publicados pelo jornal, profissionais procedem checagem das informações disponibilizadas e iniciam questionamentos que vão além dos dados, alcançando a própria estratégia do veículo ao publicá-las.

Passado este caso, a mesma Ombudsman da Folha publicou pelo menos outras três colunas nas quais, ao invés de se debruçar sobre casos de erros do jornal ao longo da semana e recomendar correção, propunha uma reflexão sobre a trajetória do jornal/da sua função. Sem apontar este momento como catalisador de tais inquirições sobre o veículo e o seu jornalismo, apontamos a ocorrência como um momento de destaque em tal sentido, que demonstra a tentativa de reacomodação das narrativas sobre a ética profissional jornalística às práticas dos veículos frente a essas novas esferas de debate.

Outro fato de destaque é a publicação de uma grande matéria no dia 25 de setembro, pela mesma Folha de S. Paulo, com título “Imprensa faz cobertura crítica do Governo Temer”¹³, onde faz uma defesa não apenas da sua cobertura, mas dos demais grandes veículos. Esta publicação aponta para essa movimentação de resistência dos veículos e seus jornalistas no sentido de reafirmar o que é o dever jornalístico e identificar os que o cumprem, o que reforça também sua diferença perante aos demais meios.

A busca pela organização dos fatos (especialmente os fatos políticos) segundo critérios jornalísticos de interesse público e principalmente seus enquadramentos segundo preceitos éticos da profissão tende a se amparar na melhoria da esfera pública. Tendo este argumento de fundo, é importante notar que atores jornalísticos diversos, e não somente os veículos, buscam apresentar ao seu público novas chaves de leitura dos processos comunicacionais para a cobertura política da imprensa.

Eles se integram à lógica de circulação e recirculação de conteúdos de crítica de mídia em rede e tensionam não somente as leituras factuais propostas, mas também o arranjo ético e deontológico que fundamenta a atividade profissional jornalística. As reflexões abertas e a busca de legitimação que os grandes veículos de imprensa têm buscado com o decorrer da crise política no país são indícios de reafirmação e ajustes na narrativa ética em vigor até então.

¹³ <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/09/1816629-imprensa-faz-cobertura-critica-do-governo-michel-temer.shtml>

Os caminhos para uma discussão aprofundada acerca da normatividade profissional e as aplicações de questões novas às práticas jornalísticas estão aqui colocados de forma inicial. Entretanto, ainda que apareçam de forma seminal, tais problemas deontológicos que hoje afetam o jornalismo estão na ordem do dia dada a intensificação da circulação de informações em redes sociais e a ampliação da prática de discussões sobre processos midiáticos em interfaces não somente políticas, mas de todos os aspectos sociais.

Referências

ABRAMO, C. **A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro**. São Paulo: Companhia das Letras

BRAGA, J. L. **A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática**. São Paulo: Paulus, 2006.

BRUNO, F. **Monitoramento, classificação e controle nos dispositivos de vigilância digital**. Revista FAMECOS, v. 36, p. 10 – 16, 2008. Disponível em:
<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/4410/330>>.

BUCCI, E. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BUCCI, E.; KEHL, M.R., **Videologias: ensaios sobre televisão**. São Paulo: Boitempo, 2004.

CHRISTOFOLETTI, R. **Credibilidade jornalística e reputação na blogosfera: mudança entre dois mundos**. V Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor). Aracaju, 2007. 14p.

FAUSTO NETO, A. Mídiatização, prática social – prática de sentido 1. **Anais do XV Encontro Anual da Compós**, p. 1–15, 2006.

_____. Jornalismo: sensibilidade e complexidade. In: **Revista Galáxia**, 18, , n. 18, p. 17–30, 2009.

_____. As bordas da circulação. **Alceu**, v. 10, n. 20, p. 55–69, 2010.

FAUSTO NETO, A.; SGORLA, F. ZONA EM CONSTRUÇÃO : acesso e mobilidade da recepção na ambiência jornalística 1 INTERACTION SPACES : access and mobility to reception in the journalistic ambience. **Anais do XXII Encontro Anual da Compós**, , n. 1977, p. 1–15, 2013.

GOMES, W. **Jornalismo, fatos e interesses: ensaios sobre Teorias do Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2009.

GROHMANN, R.; MAURO, R. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. **Anais do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, p.

1–15, 2014. Disponível em:

<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/centrooeste2010/resumos/R21-0142-1.pdf> .

GUAZINA, L. S. jornalismo que tem lado : O caso dos blogueiros brasileiros “progressistas.” **Brazilian Journalism Research**, v. 9, p. 68–87, 2013.

KOVACH, B.; ROSENTIEL, T. **The elements of journalism: what Newspeople Should Know and the Public Should Expect**. 3ª ed. New York: Three Rivers, 2014.

LELO, T. V.; GROHMANN, R. A diversidade do conceito de circulação nos estudos em Comunicação Introdução. **ECCOM**, v. 5, n. 9, pp. 21–34, 2014.

MAGALHÃES, E.; ALBUQUERQUE, A.;. Jornalistas sem jornal: A “blogosfera progressista” no Brasil. **Anais do XXIII Encontro Anual da Compós**, v. 1, p. 1–18, 2014. Belém.

SILVA, T. Curadoria, Mídias sociais e redes profissionais: Reflexões sobre a prática. In: CORRÊA, E. N. S., **Curadoria digital e o campo da comunicação**. São Paulo: ECA/USP, 2012.

QUEIROZ, C.C.. A circulação de conteúdo no Twitter: Dilma e os jornalistas-blogueiros na abertura da Copa do Mundo Fifa 2014. **Anais do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, p. 1–11, 2014.

_____. Vigilante sob suspeita: O monitoramento e avaliação da imprensa tradicional pela “blogosfera progressista”. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da UFBA em março de 2016.

TRAQUINA, N. Quem vigia o “Quarto Poder”? **Anais do IX Encontro Anual da Compós**, p. 1–10, 2000.

WARD, S.J.A. **The invention of journalism ethics: the path to objectivity and beyond**. Quebec: McGill-Queen’s University Press, 2004.

_____. **Ethics and media: an introduction**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.